

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E INOVAÇÕES TÉCNICAS E TECNOLÓGICAS

GUSTAVO TORRES SOARES



Copyright © 2016, D'Plácido Editora.
Copyright © 2016, Gustavo Torres Soares.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Letícia Robini de Souza

Diagramação
Christiane Moraes de Oliveira

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.



Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843 , Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-007

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

SOARES, Gustavo Torres.

Investigação criminal e inovações técnicas e tecnológicas -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-353-1

1. Direito. 2. Direito Processual Penal. I. Título.

CDU343

CDD341.43

SUMÁRIO

PREFÁCIO	19
UM DEPOIMENTO: A TÍTULO DE APRESENTAÇÃO	23
INTRODUÇÃO	27
1. PRIMEIRA ABORDAGEM SOBRE A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	33
1.1. A investigação criminal entre a eficiência e o garantismo	33
1.2. Uma observação criminológica	38
1.3. Premissas conceituais sobre pessoas e grupos investigados	39
1.4. Análise interessada do léxico probatório	43
1.4.1. Alteração pontual no léxico probatório criminal brasileiro: por uma visão abrangente das provas penais pré-constituídas (“não repetíveis, cautelares e antecipadas”)	57
1.4.1.1. Elemento probatório penal de produção irrepetível	66
1.4.1.2. Elemento probatório penal de produção cautelar	69
1.4.1.3. Elemento probatório penal de produção legitimamente antecipada	73

2. A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL CONDICIONADA PELO DIREITO PROBATÓRIO.....	79
2.1. Investigação criminal, exclusão probatória e balanceamento nos EUA	84
2.2. Investigação criminal, proibições de prova e proporcionalidade na Alemanha.....	102
2.3. Investigação criminal e inutilizabilidade na Itália.....	120
2.4. Limitações investigativo-probatórias e <i>fair trial</i> na jurisprudência de tribunais internacionais.....	128
2.5. Questões atuais do Direito Probatório brasileiro sobre a investigação criminal	136
2.5.1. O inciso LVI do art. 5º da CR é regra ou princípio?.....	140
2.5.2. A reforma trazida pela Lei Federal nº 11690/2008 .	146
3. O ATO E A FASE DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	151
3.1. Noção inicial	151
3.2. O ato de investigação criminal	152
3.2.1. Procura por elementos informativos em sentido amplo (frequentemente indicadores de fontes de prova e, excepcionalmente, reveladores de elementos probatórios cautelares, irrepetíveis ou antecipados, ou reforçadores das futuras provas convergentes).....	155
3.2.2. Referência a suposto fato penalmente típico, ilícito, culpável e punível.....	164
3.2.3. Decorrência de uma ou mais hipóteses livremente formuladas sobre a matéria em apuração	166
3.2.4. Viabilização pelo emprego dos devidos meios, recomendações técnicas e procedimentos jurídicos	179
3.3. A fase de investigação criminal: aproximações de seu conceito, finalidade, objeto, forma, sujeitos, motivo e motivação.....	179

4. OS MEIOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E SEUS RESPECTIVOS PROCEDIMENTOS JURÍDICOS.....	183
4.1. Meios investigativo-probatórios, recomendações técnicas e procedimentos jurídicos	183
4.2 Meios investigativo-probatórios analisados quanto à estrutura e obediência jurídico-procedimentais.....	187
4.3. Meios de investigação: especificidades em relação aos meios de prova	199
4.4. Meios de investigação estatais menos invasivos	205
4.5. Meios de investigação estatais especialmente invasivos....	210
4.6. Meios investigativos à disposição dos particulares	214
5. ASPECTOS GERAIS DA INOVAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	217
5.1. Dificuldades fáticas na investigação criminal brasileira...	217
5.2. O passado recente da inovação investigativa	220
5.3. Tendências da inovação investigativa	237
5.3.1. Compressões legítimas a direitos fundamentais	239
5.3.2. A dissimulação do flagrante esperado	241
5.3.3. Tecnologia e notícias-crime	245
5.3.4. Formas contemporâneas de monitoramento.....	250
5.3.4.1. A perigosa ampliação da ideia de suspeito	250
5.3.4.2. O desenvolvimento dos registros civis e da identificação criminal.....	254
5.3.4.3. Meios indiretos de investigação.....	257
5.3.5. A inovação tecnológica e o meio investigativo pericial	268
5.3.5.1. Aspectos gerais da perícia.....	268
5.3.5.2. Perícia e tipicidade investigativo-probatória	274
5.3.5.3. A importância do contraditório desde o início da construção da prova pericial	277

6. POR UMA TEORIA JURÍDICA DA INOVAÇÃO INVESTIGATIVA CRIMINAL	281
6.1. Legalidade penal, legalidade processual penal e analogia	283
6.2. Legalidade e tipificação processual progressiva	290
6.3. O objeto jurídico da inovação investigativa criminal.....	296
6.4. A excepcionalidade e a provisoriedade da inovação investigativa criminal.....	300
6.5. O controle jurídico da inovação investigativa criminal..	302
6.5.1. O controle judicial da inovação investigativa criminal: legalidade, proporcionalidade, tipificação processual progressiva e modulação temporal.....	306
6.5.2. Uma proposta de conciliação entre legalidade e inovação investigativa, para o Poder Judiciário brasileiro.....	317
CONCLUSÕES.....	325
BIBLIOGRAFIA	329